



FENAPEF

FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS



M & G

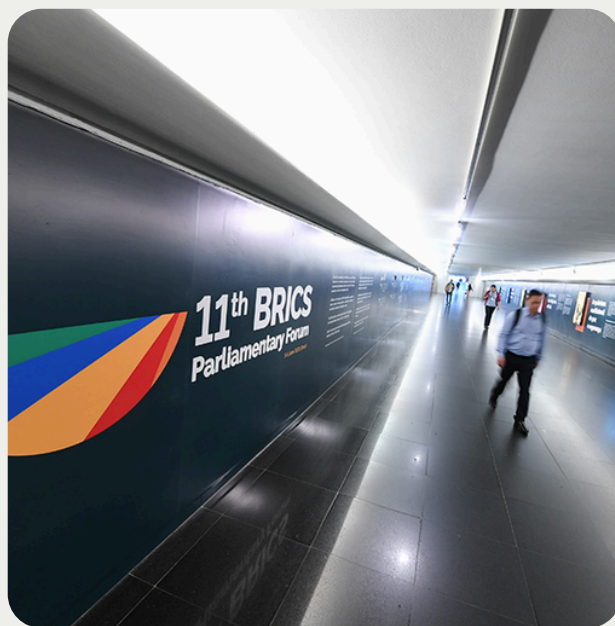
CONSULTORIA
POLÍTICA

AGENDA SEMANAL

02 a 06 de junho
2025

Cenário Político

A semana política em Brasília é marcada por uma dinâmica distinta: uma agenda esvaziada no Congresso Nacional contrasta com compromissos externos relevantes para o Poder Executivo e deliberações de grande impacto no Judiciário. A baixa atividade legislativa é consequência da realização do 11º Fórum Parlamentar do Brics, evento que reunirá na capital federal delegações de 15 países para debater temas como cooperação econômica e governança global. Esta pausa nas pautas internas proporciona um alívio momentâneo ao governo federal, que enfrenta pressões parlamentares pela revogação do decreto que aumentou as alíquotas do IOF. Em contrapartida, a agenda internacional ganha destaque com a viagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Europa, a partir de quarta-feira. Na França, o presidente terá encontros com Emmanuel Macron para aprofundar as relações bilaterais. Posteriormente, em Mônaco e Nice, participará de eventos sobre a economia dos oceanos. No Poder Judiciário, a atenção se volta para o Supremo Tribunal Federal (STF), que retoma na quarta-feira o julgamento crucial sobre a responsabilidade civil de plataformas digitais por conteúdo publicado por usuários. A pauta da semana inclui, ainda, os depoimentos do senador Rogério Marinho e do ex-presidente Jair Bolsonaro no âmbito de investigações em andamento.



Aceno ao Legislativo

Lula faz aceno a Hugo Motta e sinaliza nova estratégia de diálogo com o Congresso

Em um movimento de distensão política, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez um afago direto ao presidente da Câmara, Hugo Motta, neste domingo, durante a convenção nacional do PSB.

O gesto ocorre em meio a uma forte crise com o Legislativo, que ameaça derrubar o decreto do governo que elevou a alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

No discurso, Lula chamou o deputado de “querido” e o classificou como uma “novidade na política brasileira”, afirmando que seu comportamento e sua eleição para a presidência da Câmara são demonstrações de que “coisas boas começam a acontecer” no país. Para contextualizar a importância do diálogo entre adversários, o presidente comparou a aproximação com Motta à sua própria aliança, antes considerada “impensável”, com o vice-presidente Geraldo Alckmin.

O aceno é uma resposta direta à pressão exercida pelo próprio Motta durante a semana, que cobrou do ministro Fernando Haddad uma alternativa à medida impopular. Embora não tenha citado a crise do IOF diretamente, Lula reconheceu a necessidade de mudar a forma de articulação com o Congresso.

O presidente admitiu que, para garantir a aprovação de propostas, é preciso construir a maioria previamente e anunciou uma nova estratégia: convidar os presidentes da Câmara e do Senado para suas viagens internacionais. Segundo Lula, a participação dos chefes do Legislativo nos debates desde o início facilitaria o convencimento das bancadas, pois eles compreenderiam o contexto dos acordos firmados.

Perspectiva semanal

Avaliação Semanal do Governo

POLÍTICA



Os presidentes da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, e do Senado Federal, Davi Alcolumbre, estabeleceram um prazo de dez dias para que o governo federal apresente uma solução alternativa ao aumento da alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

ECONOMIA



Impulsionado por uma robusta expansão de 12,2% no setor agropecuário, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil cresceu 1,4% no primeiro trimestre de 2025, na comparação com o último trimestre de 2024. De acordo com o IBGE, o resultado acumulado dos últimos quatro trimestres aponta para um crescimento de 3,5% na economia nacional.

SOCIAL



Atingindo o menor patamar para este período do ano desde o início da série histórica, a taxa de desemprego no Brasil recuou para 6,6% no trimestre móvel encerrado em abril, representando uma queda em relação aos 7% registrados até março. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), iniciada em 2012 e divulgada pelo IBGE.

Agenda de Junho

Apesar do ritmo tradicionalmente mais lento no Congresso Nacional devido às festas juninas, a agenda de junho prevê definições importantes nos campos político e econômico.

A principal tensão entre Executivo e Legislativo se concentra na busca por uma alternativa ao aumento do IOF, com o Ministério da Fazenda tendo até 10 de junho para apresentar uma solução aos presidentes da Câmara e do Senado. Outro ponto de atrito é a possível instalação de uma CPMI sobre descontos ilegais no INSS, cujo requerimento pode ser lido em sessão no dia 17, gerando potencial de desgaste para o governo.

Na pauta da Câmara, o destaque é a discussão sobre a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil. O principal desafio do relator, que deve apresentar seu parecer no fim do mês, é indicar a medida compensatória para um impacto fiscal estimado em R\$ 26 bilhões. O projeto sobre o licenciamento ambiental também pode ser votado.

No Senado, a expectativa é de avanço na regulamentação da Reforma Tributária, com a apresentação do parecer sobre o comitê gestor na CCJ. A PEC que propõe o fim da reeleição para cargos do Executivo também pode ser analisada.

O Supremo Tribunal Federal (STF) tem em sua agenda julgamentos de grande impacto econômico e político, como a tributação de cooperativas, a possibilidade de candidaturas independentes (sem filiação partidária) e a incidência de impostos sobre lucros de empresas no exterior.

Na economia, as atenções se voltam para a reunião do Banco Central nos dias 17 e 18, que definirá o rumo da taxa básica de juros (Selic), atualmente em 14,75% ao ano.

Aliança de centro para 2026 esbarra em divisões

A criação da federação União Brasil-PP acelerou as negociações entre outros partidos de centro para a formação de um novo bloco político para 2026. MDB e Republicanos discutem uma aliança, com o PSD orbitando o grupo, visando lançar um candidato de centro-direita à Presidência, mesmo sendo parte da base do governo Lula.

Contudo, o projeto enfrenta sérios entraves, como rivalidades regionais, profundas divisões internas nos partidos — especialmente no MDB — e desconfiança mútua. A instabilidade é tamanha que até a federação União-PP já lida com uma rebelião interna e a ameaça de desfiliações, o que torna o cenário para 2026 ainda indefinido.

Motta reage na Câmara e Senado cobra fatura do Planalto

O cenário político em Brasília revela uma pressão crescente sobre o governo federal, vinda das duas casas do Congresso Nacional, mas com dinâmicas distintas.

Na Câmara dos Deputados, o presidente Hugo Motta sinaliza uma mudança de postura, prometendo ser mais enérgico e acelerar o ritmo das votações. A mudança ocorre após críticas de aliados importantes do Centrão, que o consideravam improdutivo e excessivamente complacente com o Poder Executivo. O objetivo de Motta é deixar para trás a fama de inoperância e fazer mais "entregas" legislativas.

Enquanto isso, no Senado, a estratégia do presidente Lula de priorizar senadores na formação do governo e na articulação política começa a apresentar uma "fatura cara". Sentindo-se fortalecidos, senadores aumentam as cobranças e a pressão por trocas no primeiro escalão. As ofensivas recentes miram a demissão do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, além do controle sobre indicações para agências reguladoras como a ANP e a Aneel.

Regulação das Redes

O debate sobre a regulamentação das redes sociais voltou a se intensificar em Brasília, com movimentações simultâneas e conflitantes nos Três Poderes. A principal divergência é se as plataformas digitais devem ou não ser responsabilizadas por conteúdos ilícitos publicados por seus usuários, uma mudança que alteraria a regra atual do Marco Civil da Internet.

O foco imediato está no Supremo Tribunal Federal (STF), que deve retomar no dia 4 de junho o julgamento que pode rever o Artigo 19 do Marco Civil. A análise, que estava parada desde dezembro por um pedido de vista do ministro André Mendonça, já conta com três votos favoráveis ao aumento da responsabilidade das plataformas. Paralelamente, o Poder Executivo tem atuado em duas frentes. O presidente Lula está pessoalmente envolvido na articulação de um novo projeto de lei sobre o tema, elaborado por nove ministérios, que deve ser enviado ao Congresso em breve. Ao mesmo tempo, o governo, por meio da Advocacia-Geral da União (AGU), aumentou a pressão sobre o STF, pedindo medidas de urgência que obriguem as plataformas a um controle de conteúdo mais rígido.

No Congresso Nacional, a pauta é vista com cautela e resistência. O histórico negativo do "PL das Fake News", que foi arquivado em 2024 por falta de apoio, dificulta novas discussões. O atual presidente da Câmara, Hugo Motta, já sinalizou que prefere a inação do Legislativo, afirmando que seria um "erro" o STF decidir sobre o assunto.

Reforma eleitoral

Proposta de fim da reeleição e unificação de eleições enfrenta resistência política no Congresso

Uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) em análise no Senado busca alterar o sistema eleitoral brasileiro, propondo o fim da reeleição para cargos do Executivo (presidente, governadores e prefeitos) e a unificação de todas as eleições em um único evento a cada cinco anos. Apesar de parecerem razoáveis, as medidas encontram forte, e por vezes velada, resistência política.

Entre os desafios apontados estão a controversa necessidade de alterar os mandatos vigentes para viabilizar a transição, o risco de sobrecarregar o eleitor com muitas disputas simultâneas e um possível enfraquecimento do engajamento democrático, com votos ocorrendo apenas a cada cinco anos.

No entanto, o principal obstáculo é a estrutura de poder que seria desfeita. O sistema atual, com eleições a cada dois anos, cria uma rede de apoio mútuo, na qual prefeitos e vereadores atuam como cabos eleitorais cruciais para deputados e senadores. A unificação dos pleitos romperia essa dinâmica, já que todos estariam focados em suas próprias campanhas ao mesmo tempo.

Como uma parcela expressiva de congressistas depende dessa estrutura para se eleger, a tendência é que a proposta enfrente grande resistência e, assim como outras tentativas anteriores, tenha poucas chances de prosperar.

Notícias da Semana



Lula acena a Motta, critica Trump após embate com Moraes e fala em evitar 'muvuca' em 2026

FOLHA DE S. PAULO



André Mendonça deve divergir no STF e exigir ordem judicial para remover conteúdo das redes

ESTADÃO 



PF pede a montadoras carros gratuitos para ministros do STF e do governo Lula

veja



Renan rejeita conciliação com Lira em queixa no STF: 'Adversários declarados'

O GLOBO



Crise na relação: insatisfação entre aliados do governo cresce, e defesa de entrega de ministérios ganha corpo

O GLOBO



"Rebranding" da PRF pode custar mais de R\$ 250 milhões ao governo

CNN



**Devido ao 11º Fórum Parlamentar do
Brics, não haverá sessão deliberativa
nesta semana.**



**Devido ao 11º Fórum Parlamentar do
Brics, não haverá reuniões das
comissões nesta semana.**

Sem pautas de interesse nesta semana.

**Devido ao 11º Fórum Parlamentar do
Brics, não haverá reuniões das
comissões de interesse nesta semana.**



FENAPEF

**FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS**



M & G
CONSULTORIA
POLÍTICA



moreiraegregorio.com.br



[linkedin.com/moreiraegregorio](https://www.linkedin.com/moreiraegregorio)



(61) 98126-3938



moreiraegregorio@gmail.com



SHIS QI 07, Conjunto 10, Casa 01,
Lago Sul - Brasília, Distrito Federal -
CEP: 71.615-300

*Serviço prestado exclusivamente para Federação Nacional dos Policiais Federais.
Desenvolvido por Moreira&Gregório Consultoria Política. Direitos reservados.*